

## **Capítulo 7**

### **As Lutas Contra o Atual Padrão de Poder Mundial**

#### **A Resistência em Honduras e no Brasil no Século XXI**

*Francisco Uribam Xavier de Holanda<sup>144</sup>*

Falar dos processos de resistência na América Latina não é apenas narrar ou se ater a uma etnografia das relações de seus povos ou nações contra a multiplicidade de agressões, violências, exploração e dominação a que estão constantemente submetidos. Trata-se, como esclarece e sugere Boaventura de Souza Santos (2006, p. 216), de se “perguntar se em Nuestra América tem, de fato, condições para continuar a simbolizar uma vontade utópica de emancipação e de globalização contra-hegemônica”. E o que podemos constatar é que a América Latina é portadora de uma vontade utópica emancipatória que se manifesta em diversos formatos e alternativas.

A vontade utópica emancipatória na América Latina se expressa nas lutas contra o atual padrão mundial de poder. O poder, segundo Quijano (2002) é um tipo de relação social constituído pela coexistência de três elementos: dominação, exploração e conflito. Ninguém explora ninguém se não domina. Assim, o objetivo do poder é controle ou domínio das quatro estruturas básicas da existência social, a saber: I – o trabalho, seus recursos e seus produtos; II – o sexo, seus

---

<sup>144</sup> Uribam Xavier – Licenciado em Filosofia Política (UECE) e doutor em Sociologia (UFC), professor da área de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFC, membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – Rupal. Contatos: uribam@ufc.br. Fortaleza – Ceará – Brasil, outubro de 2012.

recursos e seus produtos; III - a autoridade pública (coletiva), seus recursos e produtos; IV – a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

Cada uma dessas estruturas está, na sociedade capitalista, sob a hegemonia de uma instituição. O trabalho sob o controle da empresa capitalista, o sexo sob o controle da família patriarcal burguesa, a autoridade pública sob o controle do Estado-Nação e a subjetividade sob o controle da epistemologia eurocêntrica. Como corolário dessa estrutura, para Quijano (2002, p.4), o atual padrão de poder mundial consiste na articulação da dominação por meio da ação conjunta e articulada:

- I – Da **colonialidade de poder**, isto é, a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social;
- II – Do **capitalismo**, como padrão universal de exploração social do trabalho;
- III – Do **Estado**, como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-Nação como sua variante hegemônica;
- IV – Do **eurocentrismo**, como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

O atual padrão de dominação mundial ou de dominação globalizada é exercido pelo Bloco Imperial de Poder, formado: i – pelos Estados-Nação mundialmente hegemônicos [G-8]; ii – por entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência, como a OTAN; iii – por entidades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo de capitais, como FMI, BM, BID, Clube de Paris; iv – e por grandes

corporações transnacionais. Para Aníbal Quijano, esse bloco se constitui, virtualmente, em uma autoridade pública mundial, e, ainda que não seja um efetivo Estado mundial, trata-se de um governo mundial invisível que impõe uma redução crescente na autonomia dos demais países.

Primeiro, porque suas decisões são impostas ao conjunto dos demais países e aos centros nevrálgicos das relações econômicas, políticas e culturais do mundo. Segundo, porque o fazem sem ter sido eleitos ou sequer designados, pelos demais Estados do mundo, dos quais não são, portanto, representantes, nem, em consequência, têm que consultá-los para suas decisões. (QUIJANO, 2002, p. 11).

Assim, para Aníbal Quijano (2002, p. 12), em nossa epocalidade, para manter o atual padrão de dominação mundial o bloco imperial mundial

necessita dos Estados locais para impor suas políticas em cada país. Desse modo, esses Estados locais estão sendo, uns, convertidos em estruturas institucionais de administração local de tais interesses mundiais e, os outros, tornando mais visível do que já vinham exercendo essas funções. Esse processo implica uma reprivatização local e global de tais estados, a fim de responder cada vez menos à representação política do conjunto dos setores sociais da cada país.

Na América Latina, a sociedade não assiste passivamente à iniciativa de construção da dominação, seja militar, econômica, política ou cultural, operada pelo atual padrão de poder mundial. A região é o nascedouro de redes de

resistências que a caracterizam como um dos espaços mais fecundos em termos de lutas emancipatórias no mundo. A novidade, que vem se tornando cada vez mais visível, é a chamada virada descolonial ou luta emancipatória contra a colonialidade do poder.

A virada descolonial é fruto da insurgência de movimentos articulados por povos originários, negros, camponeses, mulheres, trabalhadores e intelectuais que se colocam numa perspectiva de construção de uma nova sociedade, de um novo saber, cuja ação política vem provocando fissuras no padrão de poder dominante ao defender uma nova institucionalidade: o Estado Plurinacional e um novo padrão civilizatório baseado no valor de uso e na racionalidade do bem viver.

O uso de categorias como colonialidade do poder e descolonialidade são úteis no processo de interpelação das afirmações políticas e acadêmicas que sustentam que a divisão internacional do trabalho e a hierarquização étnico-racial das populações que, construídas durante vários séculos de expansão colonial capitalista, se transformaram significativamente com o fim do colonialismo na segunda metade do século XX.

Como é do conhecimento comum, a América Latina foi colônia espanhola até o seu longo processo de independência jurídica e política, quando passou a ser tutelada pelos interesses econômicos da Inglaterra até o fim do século XIX e, em seguida, pelos Estados Unidos até o período de democratização durante a década de 1980. Nesse processo de dominação tutelada, cabe diferenciar colonialismo de colonialidade do poder. Colonialismo é o processo de domínio jurídico e político de um território pelo poder militar de um país que lhe nega o reconhecimento como nação independente. Refere-se à dominação político-econômica de alguns povos sobre

outros. Já colonialidade do poder, segundo Aníbal Quijano, consiste na colonização do imaginário dos dominados pelos dominantes que, a partir da classificação social e universal da população do planeta em torno da ideia de raça, reprime os modos de aprender e reproduzir conhecimento dos povos colonizados, desvalorizando seus símbolos, seus recursos naturais, suas técnicas, sua cultura e incorporando a imagem do dominador como superior, civilizado e como modelo a ser imitado e seguido. A prática do colonialismo existe há milhares de anos; a colonialidade do poder ganhou existência a partir do processo de colonização da modernidade.

A colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder mundial, pois refere-se a uma dominação por meios não exclusivamente coercitivos ou de repressão física, e, embora tenha sido construída em concomitância com o processo de colonização, não foi neutralizada ou barrada com o processo de emancipação política dos territórios periféricos em relação à metrópole e sua visão de mundo. Nesse sentido, a luta contra a colonialidade do poder é uma contenda pela descolonialidade.

O conceito de descolonialidade parte do pressuposto de que o capitalismo global contemporâneo, inclusive a sua versão pós-moderna ou celebratória como classifica Boaventura de Souza Santos, ressignifica as exclusões provocadas pelas hierarquias epistêmicas, espirituais, raciais, étnicas e de gênero empregadas pela modernidade ocidental. Para Santiago Castro-Gómez (2007), no final do século XX iniciou-se uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade do poder global. Assim, na realidade que inaugura o século XXI, parte significativa dos movimentos sociais latino-americanos se insurgem a favor de uma virada ou giro descolonial

que se dirige contra as hierarquias das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistemológicas e de gênero que a modernidade deixou intactas. O processo de resistência, que aqui chamamos de descolonialidade do poder, é um processo de longo prazo que não pode ser reduzido a um acontecimento jurídico-político. É uma luta pela emancipação em relação ao sistema mundo euro-norte-americano capitalista/patriarcal moderno/colonial.

Para Walter D. Mignolo (2008), toda virada descolonial é inerente a uma ação de desobediência política e epistêmica. Uma desobediência política ou civil [não racista, não homofóbica e não patriarcal] desvinculada de uma desobediência epistêmica continuará presa aos paradigmas determinados pela teoria política e econômica do eurocentrismo moderno. Para ele, duas são as teses que compõem o pilar da opção descolonial: I – identidade na política [não política de identidade] é um movimento necessário de pensamento e ação com o objetivo de romper as amarras da teoria política moderna que, desde Maquiavel, é racista e patriarcal, pois nega o protagonismo político às pessoas classificadas como inferiores em termos de gênero, raça, sexualidade e posses de riquezas; II – a opção descolonial é epistêmica, pois se desvincula dos fundamentos que permitiram a acumulação de conhecimento da racionalidade instrumental ocidental moderna. A opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender. Trata-se de uma desobediência epistemológica, pois aos inferiores também foram negados o agenciamento e o protagonismo epistêmico.

Até o momento, nosso esforço reflexivo foi no sentido de explicitar nossas categorias conceituais de interpretação sobre a conjuntura política latino-americana e de tornar claro que

nos colocamos no campo de conhecimento que se posiciona como práxis<sup>145</sup> numa perspectiva de um processo emancipatório que passa pela descolonialidade do poder rumo à construção de uma sociedade pós-capitalista. A partir de agora, passaremos para o campo da factibilidade, onde acontecem, verdadeiramente, as chamadas lutas emancipatórias.

## **O Foco Atual das Resistências Latino-Americanas**

A resistência política, econômica e cultural na América Latina é algo mais que uma avalanche de conflitos locais desconexos. Os conflitos que se expressam em territórios locais e regionais se repetem numa dimensão continental em resposta às redes de interesses de empresas nacionais e transacionais que ambicionam a exploração dos seus bens comuns [água, terra e o seu subsolo, a biodiversidade].

237

A biodiversidade que é considerada um bem comum pelos povos originários é enxergada pela lógica capitalista como uma fonte de reprodução e expansão do capital. A biodiversidade é tratada, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, uma das instituições que compõem o bloco imperial que mantém o atual padrão de poder mundial, como um potencial econômico, capital natural para o desenvolvimento de uma economia verde<sup>146</sup>,

---

<sup>145</sup> Para Mignolo (2008, p. 290-291), o “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais; quando você entra no campo do Quichu e Quechua, Aymara e Tojolobal, Árabe e Bengali, etc. Categorias de pensamento confrontadas, claro, com a expansão implacável dos fundamentos do conhecimento do ocidente (ou seja, latim, grego, etc.), digamos, epistemologia. Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores [raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero], e de expeli-los para fora da esfera normativa do real”.

<sup>146</sup> Victor Wallis (2012, p. 23) nos alerta que a chamada economia verde é uma tentativa de unir duas noções antagônicas: “ser verde significa priorizar a saúde

e recomenda aos governos da região que adotem políticas de privatização das águas; que revisem as leis que garantem as áreas preservadas e sob o controle de povos originários para que elas possam receber investimentos do capital; que revoguem ou reformulem as leis que demarcam as terras indígenas e de afrodescendentes; e que façam investimentos para que a iniciativa privada possa produzir tecnologias, produtos e mercados baseados na biodiversidade e nos serviços de ecossistemas. Para o PNUD, usando a biodiversidade como capital natural, a América Latina pode superar o modelo tradicional de desenvolvimento e se tornar uma superpotência estribada na exploração de sua biodiversidade.

O relatório do PNUD<sup>147</sup> apresenta estudos que demonstram que a América Latina abriga seis dos países com maior diversidade do mundo [Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela]. A floresta amazônica é a maior área individual do mundo em biodiversidade. A América do Sul possui 40% da biodiversidade da terra e mais de 1/4 (um quarto) de suas florestas. Segundo o relatório do PNUD (2010, p. 3):

Na última década, a América Latina e o Caribe alcançaram taxas de crescimento e de redução da pobreza bastante satisfatórias. A região também demonstrou uma grande capacidade de resistência e recuperação frente à recente crise financeira. O futuro econômico parece promissor para a região. Políticas macroeconômicas prudentes, reformas estruturais e um ciclo

---

do ecossistema, com tudo o que isto acarreta em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa e preservação da biodiversidade. Promover o capitalismo, em compensação, significa alimentar o crescimento e a acumulação, tratando tanto a força de trabalho quanto o meio ambiente natural como meros insumos.”

<sup>147</sup> Trata-se do relatório “América Latina e o Caribe: uma superpotência de biodiversidade”, apresentado pelo PNUD no dia 2 de dezembro de 2010, em Mar Del Plata, Argentina, durante a Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governos.



favorável nos preços das commodities são fatores que contribuem para este otimismo. Mas o papel da biodiversidade continua subvalorizado. A biodiversidade é de importância central para a provisão de serviços ecossistêmicos no longo prazo, e cumpre um papel chave na manutenção da resiliência (capacidade de resistência e recuperação) dos ecossistemas. Em uma perspectiva antropocêntrica, resiliência é a capacidade de um sistema sustentar-se diante de perturbações e ainda reter sua capacidade básica de oferecer Serviços Ecossistêmicos. Dessa maneira, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos são essenciais para o bem-estar e para a sobrevivência humana, e sua conservação é condição necessária para a saúde da economia em longo prazo.

Atualmente, vivemos um processo de reconcentração de terras e de recursos naturais nas mãos de empresas transacionais, e o instrumento utilizado pela lógica capitalista para efetivar esse objetivo consiste na prática de se apossar, por meios fraudulentos e violentos, de vastas áreas de terras pertencentes a povos indígenas, camponeses e afrodescendentes na América Latina, África e Ásia. Para ter a propriedade, posse ou controle de grandes extensões de terras, com objetivo de explorar o solo, o subsolo e seus recursos naturais, são realizados acordos entre os Estados, por meio de seus governos, de investidores nacionais e estrangeiros.

Para a Rede de Ação e Informação pelo direito de se alimentar – FIAN<sup>148</sup>, o processo de reconcentração de terras viola o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais

---

<sup>148</sup> A FIAN é uma organização internacional de direitos humanos que trabalha em escala mundial pelo direito à alimentação. Fundada em 1986, tem atuação também no Brasil Disponível em: <<http://www.fianbrasil.org.br>>.

e Culturais [PIDESC], no seu artigo 1º, que diz: “em caso algum poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência”. A FIAN constata, por meio de seus estudos, que a falta de acesso adequado e seguro à terra e aos recursos naturais por parte da população pobre das zonas rurais e urbanas é uma das principais causas da fome e da pobreza na África, América Latina e Ásia. Assim, garantir a posse da terra e dos recursos naturais é uma das formas de assegurar os meios de vida das populações rurais e urbanas.

O processo de reconcentração de terras, fazendo retroceder até as antigas legislações ou conquistas constitucionais que garantem o acesso de pequenos agricultores mediante tímidas políticas de reformas agrárias já obtidas, vem sendo estimulado em função da combinação de cinco processos: I – pela pressão para que se produza agrocombustíveis como alternativa às energias fósseis, que já sinalizaram estar em um processo de esgotamento; II – pela resposta à crise alimentar, que vem fazendo com que países desenvolvidos passem a externalizar sua produção agrícola adquirindo terras cultiváveis em outros países; III – pelo incentivo à produção extensiva de monoculturas [soja, camarão em cativeiro, gado, minérios etc.] em resposta às demandas de *commodities*, principalmente para o mercado americano e chinês; IV – pela implantação de grandes aglomerados para a indústria do turismo; V – pela descoberta da biodiversidade como fonte segura para obtenção de lucros e expansão do capital.

Como, para o capitalismo, os produtos e os serviços relacionados à biodiversidade são de suma importância para sua reprodução e expansão, a ponto de defender o seu uso como capital natural estratégico, capaz de tornar a América

Latina uma liderança nos mercados de serviços<sup>149</sup> relacionados à biodiversidade. Paradoxalmente, devido a esse ativo ou capital natural, que são bens comuns [água potável, minérios diversos, petróleo, paisagem, flora e fauna], estarem, na sua maior parte, em territórios pertencentes aos povos indígenas, camponeses e afrodescendentes, a situação na região é de conflitos envolvendo os legítimos donos desses bens comuns e as empresas capitalistas nacionais e transnacionais que querem se apropriar deles como mercadoria extremamente lucrativa, por meio da violência, da segregação das culturas e dos povos originários. Os processos de ameaças e violências contra as nações indígenas, os camponeses e os afrodescendentes partem de ações que objetivam a estruturação de grandes investimentos cujo primeiro passo para se efetivar é a usurpação das terras. As ameaças mais comuns em todos os territórios da América Latina e Caribe são: i – a imposição de projetos para exploração de minérios; ii – estruturação dos chamados projetos de economia verde [vendidos como iniciativas limpas e sustentáveis]; iii – exploração do subsolo e da biodiversidade nas terras indígenas; iv – revisão e afrouxamento das leis que compõem o código florestal, o que permite devastar as matas, inundar áreas agricultáveis e contaminar as águas dos rios; v – ampliação de projetos para construção de hidroelétricas e atividades extrativistas que acarretam a privatização dos rios, das águas e de diversos bens naturais; vi – difusão de uma racionalidade cínica que populariza a ideia de que o que se destrói é nada diante do

---

<sup>149</sup> A maioria dos turistas que chegam à América Latina, entre 66% a 75%, visitam uma área protegida. As empresas de turismo do Caribe dependem do meio ambiente para sobreviver. Já as áreas protegidas do México, como os parques nacionais, contribuem com U\$ 3,5 bilhões de dólares por ano para a economia nacional. As exportações agrícolas, em 2007, corresponderam a 44% das exportações da região. Fonte: relatório PNUD – 2010.

progresso e dos benefícios que os projetos dos capitalistas vão gerar para o país e para as gerações futuras.

A seguir, destacaremos dois focos de conflitos e resistência descolonial que se desenvolvem em torno das disputas pelo controle e pela definição das finalidades de uso dos bens comuns, o primeiro caso é em Honduras e o segundo, no Brasil.

## **A Resistência em Honduras**

Na década de 1970, entre os anos de 1973 e 1978, foi implantada uma política de reforma agrária que distribuiu cerca de 120 mil hectares de terras em Honduras, e, juntamente com a política de reforma agrária, foi instituído um programa de migração induzida com o objetivo de transferir camponeses para região do Baixo Aguán, zona despovoada do Atlântico hondurenho.

242

Em 1992, dentro do marco dos acordos de reformas estruturais neoliberais, foi promulgada a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola. A partir desse momento, Honduras entrou no processo de reconcentração das melhores terras<sup>150</sup> do país. Tal lei permitiu que empresários e grandes produtores expandissem suas propriedades além do limite máximo de propriedade que estabelecia a Lei de Reforma Agrária dos anos 1970.

Numa reação ao processo de reconcentração de terras promovido pelo ajuste estrutural neoliberal, em 2001, os

---

<sup>150</sup> Honduras possui mais de um terço de seu território composto por terras cultiváveis e áreas de pasto. O setor agropecuário representa 28% de seu Produto Interno Bruto – PIB. Todavia, uma grande quantidade de famílias continuam sem ter acesso à terra; milhares de famílias rurais possuem apenas entre 1 e 3,5 hectares de terra para sobreviverem; e existe grande concentração de terra nas mãos de poucos particulares, o que contribui para a existência de um índice elevado de pobreza em um país rico em recursos naturais.

camponeses iniciaram um processo de recuperação de terras, reivindicando como suas as áreas com plantação de dendê.

### **O golpe e o avanço neoliberal**

Com o golpe de Estado de 28 de junho de 2009, que depôs o presidente Manuel Zelaya, multiplicaram-se as violações contra os direitos humanos. A pressão mais intensa foi na região do Baixo Aguán, onde a luta pelo acesso à terra é forte entre o final de 2009 e abril de 2011.

No final de 2009 [no dia 9 de dezembro], trabalhadore(a)s do Movimento Unificado Camponês do Aguán [MUCA], num total de 2.500 famílias, tentaram recuperar 20 mil hectares que consideravam seus por direito. A resposta foi o desencadeamento de atos de violência: despejos de famílias, detenções ilegais, mandado de prisão, assassinatos e ataques armados praticados pela polícia, pelos seguranças privados dos empresários e pelo exército. Os conflitos resultaram na morte de 23 camponeses, um jornalista e sua esposa, num total de 25 assassinatos. Diante da repercussão e da militarização do conflito, o governo e o MUCA assinaram um acordo em 13 de abril de 2010. Todavia, o Movimento Autêntico Renovador dos Camponeses de Aguán [MARCA] não assinou o acordo estabelecido entre o MUCA e o governo alegando não confiar em acordos políticos.

Após o golpe de Estado, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras – COPINH denunciou que é na Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente – SERNA onde são planejadas e executadas as irregularidades que permitem às empresas transnacionais explorar as terras

dos povos indígenas [Tulapanes, Pech, Miskitos, Maya-Chortis, Lencas, Garífunas].

Os povos Lencas e os Garífunas estão entre os povos indígenas mais afetados pela exploração e militarização de seus territórios. As ameaças partem de ações que visam a expulsão de suas terras. Atualmente, os povos Lencas são vítimas de 15 projetos hidrelétricos e extrativistas em curso no seu território que ameaçam destruir a cultura local, o modo de vida das populações originárias e a biodiversidade. Já os Garífunas sofrem pela ameaça de serem desabrigados de seu território para construção de uma cidade modelo privatizada.

### **A privatização das águas e de seus recursos**

244

Existem em Honduras 35 bacias hidrográficas principais. Só as bacias dos Rios Patuca [25 mil/km<sup>2</sup>] e Ulúa [ 22 mil/km<sup>2</sup>] cobrem uma área de 47 mil/km<sup>2</sup>. Em agosto de 2009, em plena crise institucional instalada depois do golpe de Estado, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Águas, que prevê a possibilidade de conceder às empresas privadas os recursos hídricos do país. Rapidamente, em setembro, a Empresa Nacional de Energia Elétrica – ENEE anunciou uma licitação internacional [licitação de número 100-1293-2009] para contratação de 250 mw de energia renovável. Logo em seguida, em abril de 2010, o governo de Porfírio Lobo, por intermédio do Ministério de Recursos Naturais, concedeu aprovação para licitação de 47 contratos de produção de energia; os contratos foram realizados com a ENEE e aprovados pelo Congresso Nacional em outubro. A Associação Hondurenha de Pequenos Produtores de Energia Renovável – AHPPER abocanhou 70% do total licitado e já controlava quase a totalidade da geração de energia térmica do país.

Manifestando-se contra esse projeto, que não passou por uma discussão com a sociedade e nem com os povos diretamente afetados, a presidenta da Coalizão Patriótica Nacional – CPN, Juliette Handal, adverte que não houve uma verdadeira licitação, mas acordo entre governo e empresários para garantir a privatização dos rios, ganhos milionários aos grupos econômicos e a falência financeira da ENEE. Já Romy Hernández, membro do Colégio de Engenheiros Civis de Honduras, afirma que todo o processo foi fraudulento. Entre as mudanças nos termos de referência apresentadas em relação ao edital de licitação, ele aponta o aumento do prazo de contrato de 20 para 30 anos, a concessão dos rios por até 50 anos e o aumento médio do kw/h contratado. Na proposta inicial de licitação, previa-se a concessão de 250 mw, mas foram concedidos 709 mw, o que garante para as empresas um ganho líquido de 712% sobre o investimento realizado.

A aprovação dos 47 contratos para produção de energia renovável pelo governo de Honduras provocou a indignação e o rechaço dos povos indígenas, dos afro-hondurenhos e das organizações sociais que consideram a medida “um atentado à soberania de seus territórios e dos recursos naturais”. O Movimento Amplo pela Dignidade e Justiça – MADJ denunciou que nenhum dos projetos em curso apresentou estudos de impactos ambientais. Além disso, diz Juan Antonio Mejía, membro do MADJ, “há até uma cláusula que exime as empresas de responsabilidade por qualquer tipo de desastre ambiental ou acidente que venha ocorrer no futuro”.

O Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras – COPINH iniciou um processo de resistência por meio da articulação de mobilizações em defesa da água, dos rios e dos territórios dos povos indígenas e afro-hondu-

renhos. Diante das campanhas midiáticas que dizem que as organizações sociais são contra o desenvolvimento, a resposta do COIPINH é a de que

*apontamos para um desenvolvimento baseado na dignidade humana, no respeito à mãe terra, no equilíbrio frágil entre os seres humanos e nosso planeta. Apontamos para uma geração de energia que respeite os ecossistemas, os direitos humanos, territórios e culturas dos povos indígenas e que não estejam baseados na lógica extrativista do capitalismo.*

### **A criação de cidades privatizadas [región especial de desarrollo – RED]**

246

O presidente Porfírio Lobo assinou [no dia 6.9.2012] um memorando no qual aprova a criação de três Regiões Especiais de Desenvolvimento – REDs ou cidades modelo privatizadas, ilhas de independência dentro do país. Para o presidente, trata-se do “mais importante projeto do país em meio século”. As REDs foram idealizadas pelo economista da Universidade de Nova York, Paul Romer, e parte da ideia de que um país pode transferir autonomia de parte de seu território para que empresas internacionais de países desenvolvidos gerem empregos e desencadeiem um processo de desenvolvimento por um tempo indefinido. Submetidas a esse tipo de contrato, as cidades modelo teriam um tipo diferente de administração baseadas em regras de mercado praticadas por países desenvolvidos, por novas leis e por um sistema diferente de impostos.

As cidades modelo [Chater City] foram concebidas por Romer como uma concessão de territórios desabitados para que, por meio de investimentos estrangeiros, pudessem



alcançar níveis ótimos de desenvolvimento. O projeto foi instituído pelo Decreto n. 283-2010, e com o projeto foi criada a Comissão de Transparência presidida por Paul Romer e quatro de seus assessores. A Comissão nunca assumiu de direito, pois o presidente Porfírio Lobo nunca publicou a nomeação de seus membros no Diário Oficial.

As cidades modelo não foram aprovadas com local definido para serem construídas, pois a proposta prevê sua implantação por meio de investimentos privados e gerenciamento de forma autônoma pelos investidores. Trata-se de um projeto de privatização de parte do território nacional hondurenho em que será dado aos investidores o direito de estabelecerem em cada cidade privada poderes executivos, legislativos e judiciários desvinculados do governo nacional. Cada cidade terá, ainda, agente de segurança, sistema tributário, legislação própria e poder para ratificar tratados internacionais, firmar parcerias bilaterais e estabelecer sua própria política migratória. É uma cidade privada que tem estrutura e poder de nação dentro de uma nação, um Estado artificial como imaginou Hobbes.

Para implantação das REDs, o governo de Porfírio Lobo criou a Comissão para Promoção da Parceria Público Privada, cujo presidente é Carlos Pineda. O argumento do governo é de que as REDs são uma forma de fortalecer a infraestrutura nacional, combater as desigualdades sociais, combater a corrupção e o tráfico de drogas. Segundo Carlos Pineda, o projeto de criação de cidades privatizadas “tem o potencial de transformar Honduras em uma máquina de dinheiro, é um instrumento de desenvolvimento típico de países do primeiro mundo”.

O governo chegou a anunciar que o grupo de investimentos norte-americanos MGK havia se comprometido em investir 15 milhões de dólares para a construção da infraestrutura básica da primeira cidade modelo a ser localizada em Puerto Castilha, na costa caribenha. O presidente do Congresso hondurenho, Juan Hernandez, tem a expectativa de que a cidade modelo a ser instalada em Puerto Castilha gere cinco mil postos de trabalho imediatos e vinte mil a longo prazo. Porém, durante o mês de setembro de 2012, os jornais publicaram que tal grupo não existe. Essa informação contribuiu para que Paul Romer e sua equipe, por meio de carta, pedissem o afastamento do projeto e da Comissão de Transparência, alegando justamente falta de transparência por parte do governo na condução do projeto. Contudo, sabe-se que devido às pressões dos movimentos sociais, indígenas e afro-hondurenhos, o Congresso Nacional vem promovendo alterações na concepção do projeto apresentadas por Romer, motivo maior que justificou o seu desvinculamento do projeto.

248

O gerente administrativo do Congresso Nacional de Honduras, Ebal Díaz, em uma entrevista ao diário *El Heraldo* (edição de 12.09.2012), afirmou que não se pode, como defende Paul Romer, criar cidades modelo onde um país estrangeiro tome posse de parte do território de outro e o administre. Não se pode permitir que uma companhia privada estrangeira administre parte do território nacional. Diante disso, o Congresso criou um modelo institucional de RED subordinado à Constituição de Honduras. Segundo Ebal Díaz, “a proposta de Paul Romer viola a Constituição e a soberania nacional e a adequamos às nossas leis, tropicalizamos a ideia”. Para ele, as mudanças efetivadas em relação a proposta original de Romer são claramente identificadas no primeiro artigo do Estatuto das REDs, que diz o seguinte: “as regiões especiais de desenvolvimento são partes inalienáveis do Estado de Honduras e estão sujeitas ao mesmo

em todos os temas relacionados a soberania, defesa nacional, relações exteriores, temas eleitorais, emissão de documentos de identidade e passaporte”.

Depois das mudanças promovidas na proposta, quatro zonas foram apontadas como potenciais para instalação das cidades modelo: I – na Barra do Rio Motagua, no Vale de Cuyamel; II – próximo ao Puerto Cortés, na zona de Bajama; III – ao sul de Honduras, na zona que compreende o Vale de Goascorán, Alianza e a Isla de Amapala; IV – na zona do Vale de Sico e Paulaya, região próxima de Puerto Castillo. Alguns deputados criticam a escolha desses locais argumentando que eles são polos já desenvolvidos, com uma grande infraestrutura pronta, portanto, o que vão construir são parques industriais privados e não cidades modelo.

Mesmo diante das mudanças no projeto, Ramon Custodio, do Comissariado de Direitos Humanos, expressou publicamente seu desacordo com a ideia de que se ocupem mais fronteiras ou que se divida o território nacional para a instalação de cidades modelo.

Na área de Puerto Castilla, local anunciado para ser construída a primeira REDs, vive uma grande comunidade indígena Garífuna que nem sequer foi consultada sobre o projeto. Movimentos Sociais e organizações indígenas classificam o projeto como sendo uma “catástrofe”. Para Miriam Miranda, presidente da Organização Fraternal dos Negros de Honduras – OFRANEH, os territórios de Puerto Castilla “pertencem ao povo Garífuna e não podem ser entregues ao capital estrangeiro em um gesto de puro colonialismo, idêntico àquele que prevalecia em Honduras na época em que o país era chamado de república das bananas”.

No dia 12 de setembro de 2012, o presidente Porfirio Lobo, Juan Orlando Hernandez e outros deputados foram denun-

ciados à Corte Suprema de Justiça [CSJ] devido à aprovação da proposta de privatização do território hondurenho, usando como justificativa combater as desigualdades sociais. O argumento central que fundamenta a moção junto à Corte Suprema de Justiça [CSJ], é o de que a iniciativa representa uma “traição à pátria”, o mesmo argumento utilizado para tirar o ex-presidente Manuel Zelaya do poder, em junho de 2009. Oscar Cruz, ex-promotor constitucional e um dos signatários da moção, alertou para a inconstitucionalidade do projeto argumentando que “essas cidades pressupõem a criação de Estados dentro do Estado, uma entidade comercial com poderes de Estado fora da jurisdição do governo”. Já Sandra Marybel Sanchez, outra signatária da moção, afirmou que o projeto das REDs “violará os direitos de cada cidadão porque significa a concessão de parte de nosso território a uma cidade que terá sua polícia, seu próprio poder judiciário e seu próprio sistema tributário”. Até o mês de outubro de 2012, mais de 50 recursos de inconstitucionalidade já haviam sido interpostos perante a Corte Suprema de Justiça.

250

No dia 8 de outubro de 2012, a Organização de Desenvolvimento Étnico e Comunitário – ODECO, realizou uma conferência nacional: “Cidades Modelo, Terras Garífunas, Viabilidade e Consequências para o Desenvolvimento Nacional”, de onde saiu o seguinte manifesto:

La ODECO considera que el país necesita propiciar las condiciones necesarias para la generación de oportunidades de inversión que a su vez faciliten a las y los hondureños su inserción dentro del concierto de las naciones como un país donde se puede impulsar el crecimiento económico y desarrollo humano; sin necesidad de comprometer la soberanía nacional ni los

sagrados intereses del pueblo hondureño y de manera particular los intereses directos de la población Indígena y Afrohondureña. Deben observarse y tomarse en cuenta las Leyes nacionales y convenios internacionales, el respeto a los derechos humanos, como condición indispensable para impulsar un **Gran Proyecto de Desarrollo Nacional**, que se implemente el derecho a la consulta previa al pueblo hondureño y de manera particular a los pueblos Indígenas y Afrohondureños, razón por la cual nos pronunciamos en contra de las Regiones Especiales de Desarrollo (RED), por errores, limitaciones y excesos jurídicos identificados en su Decreto de creación (Decreto Legislativo nº 283-2010, Gaceta n. 32,443 del 15 de febrero de 2011).

El Gobierno de la República debe esforzarse por crear mecanismos que transformen a Honduras en un País Modelo, mejorando sus niveles de lucha contra la corrupción, los mecanismos de transparencia y auditoría social sobre los recursos provenientes de la recaudación fiscal y los negocios del estado para que puedan financiarse los planes programas y proyectos que viabilicen el derecho al desarrollo humano, a la educación, salud, vivienda, medio ambiente, empleo, acceso a recursos económicos, el respeto a la cultura y costumbres de los pueblos Indígenas, Afrohondureños y del pueblo hondureño en general. Es imperativo para el Estado de Honduras, la implementación de mecanismos que permitan a la población su plena realización humana.

Se deben observar las distintas propuestas que en materia de desarrollo socioeconómico presenten los diferentes sectores que puedan ser convocados para tales efectos por el Gobierno, mediante sus entidades

para propiciar un clima de cohesión social y consenso nacional sobre la forma y estilo de desarrollo que los pueblos y comunidades deseen poner en práctica.

Consideramos que se deben tomar en cuenta las propuestas innovadoras para impulsar el desarrollo nacional basado en las potencialidades marinas costeras y otras iniciativas, una de ellas sería la construcción de un Ferrocarril Interoceánico desde Trujillo – Puerto Castilla, hacia el sur del país. Con este proyecto “Honduras pasaría a ser centro del mundo, por su importancia geoestratégica. Esto ayudaría a modernizar la nación, en todos sus aspectos. Con él, ahorraríamos aproximadamente 8 días- barco-viaje hacia y desde el sudeste asiático- Este Estados Unidos- Europa. Es Viable en todos los sentidos. Honduras pasaría a ser autofinanciable y generaría un cuasi pleno empleo”.

Finalmente manifestamos, que en caso de no observarse las recomendaciones sobre las Regiones Especiales de Desarrollo, ejerceremos el derecho a la movilización ante la posible violación de los derechos humanos del pueblo hondureño a través de la creación y funcionamiento de las Ciudades Modelos, porque los argumentos que sustentan su creación, lesionan los intereses de la colectividad nacional, en ese sentido invitamos a la Corte Suprema de Justicia a ratificar lo resuelto por la Sala de lo Constitucional, respecto a la inconstitucionalidad del Decreto Legislativo No. 283-2010. Dado en el Centro Cultural Satuye, ciudad de La Ceiba, a los ocho días del mes de octubre del año dos mil doce.

Os movimentos sociais, os povos indígenas e os afro-hondurenhos estão em campanha contra o projeto de instalação das cidades modelo, o lema da campanha é: “soberania popular sin ciudades modelos”. As críticas às REDs podem ser assim sistematizadas: I – é uma maneira de entrega do Estado ao poder do capital internacional; II – as grandes corporações exercerão o papel de Estado e de mercado dentro dos novos territórios enfraquecendo o exercício da cidadania; III – a privatização da elaboração das leis, da aplicação da justiça e do recolhimento de impostos pode gerar novos modelos de exploração e de dominação; IV – nada garante que se houver crescimento econômico haverá crescimento social, distribuição de renda e combate à pobreza; V – as REDs são uma forma de violação da soberania nacional e de violência sobre as populações originárias que são donas das terras onde elas são implantadas.

Finalmente, depois de 65 recursos, impetrados por diferentes setores da sociedade, junto a CSJ, arguindo a inconstitucionalidade das REDs e acusando de traição a pátria 126 deputados, o presidente do Congresso Nacional Juan Orlando Hernández e o presidente do país Porfirio Lobo de Sosa, a CSJ pronunciou-se pela inconstitucionalidade do projeto. A declaração de inconstitucionalidade foi obtida como resultado da luta das organizações políticas e sociais, de milhões de pessoas que se integraram ao movimento popular, e pela crise gerada a partir do choque de interesses políticos e econômicos entre os grupos que ocupam o poder em Honduras. Em um manifesto, publicado no dia 21 de outubro de 2012, comemorando a declaração de inconstitucionalidade, o Espaço Refundacional da Frente Nacional de Resistência Popular de Honduras – FNRP afirma o seguinte:

Manifestamos que las ciudades modelo son parte de un plan del capitalismo salvaje expresado en el modelo neoliberal que somete a nuestros pueblos y por lo tanto alertamos desde ya a toda la población hondureña a mantenernos en lucha permanente y llevar a cabo acciones concretas en contra de las más de 370 concesiones mineras que entregan más de 35 000 kilómetros cuadrados de nuestro territorio al capital extranjero en su mayoría canadiense, los proyectos hidroeléctricos que benefician a grupos económicos y políticos confabulados desde el Congreso Nacional, donde se continúan privatizando los servicios públicos, se violentan los derechos laborales y los derechos humanos en general.

Reiterar que la declaratoria de inconstitucionalidad de las ciudades modelo no es producto de la benevolencia de una Corte Suprema de Justicia golpista y corrupta sino una victoria del pueblo en resistencia que una vez más ha dejado de manifiesto que la soberanía no está en venta, que no es objeto de negociación, que la soberanía se protege y se defiende.

Aqui fica claro que sem um processo de resistência não haverá vitória contra o atual padrão mundial de poder, que essa vitória dos povos hondurenhos é um bom exemplo para o resto do continente, pois as empresas transnacionais que querem usurpar nossos bens naturais são sempre as mesmas, como as canadenses, que exploram os minérios em Honduras, e estão explorando os minérios na região do Xingu, no Brasil.



## Brasil: A Resistência Que o Governo Tenta Abafar

No que pese o Brasil ter conseguido durante o governo Lula uma projeção positiva na mídia internacional como um país emergente, a ponto de o presidente estadunidense [Barack Obama] ter dito que Lula era “o cara”; no que pese, ainda, o fato de o governo gozar de prestígio político por explorar de forma competente o fato de ter oportunizado mecanismos que permitiram que milhões de pessoas saíssem da condição de miséria para pobreza, com acesso a certo grau de consumo, e, embora isso seja um grande feito, o governo manipula a realidade dizendo que esses miseráveis se tornaram classe média por estarem na faixa de renda mensal entre 291 a 1.019 reais. Não obstante esses dois fenômenos, paradoxalmente, o governo petista de Lula e Dilma permite facilitar a criação de condições para que o capital nacional e transnacional possa explorar nossos recursos naturais [hídricos, terras, litoral, minérios e toda biodiversidade] impondo um processo de reconcentração de terras e a destruição do modo de vida e de ser dos nossos povos originários, camponeses, pescadores e quilombolas.

Em nossa epocalidade, ou seja, no Brasil do século XXI, as ameaças aos nossos bens naturais são praticadas pelos aliados do governo que se articulam em torno da Frente Parlamentar Agropecuária, mais conhecida por “bancada ruralista”. Essa frente é formada por representantes de latifundiários, usineiros, plantadores de soja, mineradores, criadores de gado, donos de madeireiras e de indústrias extrativistas, e são eleitos por vários partidos (PMDB, PP, DEM, PSD, PR, PTB, PDT, PPS, PSDB). A aliança do governo petista com a bancada ruralista, embora crie paradoxos, não

é uma contradição em essência, mas uma complementação necessária, pois as ações da bancada ruralista dão sustentação econômica ao projeto neodesenvolvimentista implantado pelo governo Lula. O governo petista fez opção por um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, na reprimarização da economia e na exportação de *commodities*. A bancada ruralista, como aliada estruturante desse projeto, controla dois ministérios importantes, cujas políticas implantadas rivalizam com os interesses de camponeses, povos indígenas e quilombolas: o Ministério da Agricultura e o de Minas e Energia.

É reconhecido por toda sociedade que, durante o governo Lula, setores pobres da sociedade ampliaram sua capacidade de consumo e obtiveram alguns avanços nas políticas de assistência social, mas o PT não vai além de uma política de negação das políticas neoliberais, pois não tem mostrado disposição para sinalizar com políticas anticapitalistas, seu projeto neodesenvolvimentista é um projeto de conciliação de classes. Segundo o editorial do jornal *Brasil de Fato* (edição de 18 a 24 de outubro de 2012), o neodesenvolvimentismo petista:

não é uma alternativa de natureza popular e não dissemina valores e posições históricas da esquerda, como a defesa da soberania nacional e a necessidade de efetivarmos mudanças estruturais na sociedade como a reforma agrária, tributária, urbana e outras. Portanto, o neodesenvolvimentismo não educa politicamente as massas para um projeto pautado nesse conjunto de reformas de natureza nacional, democrática e popular que dão conteúdo à esquerda

## **As Ameaças do Projeto de Neodesenvolvimento do Governo Petista**

Entre as vitórias alcançadas pela Frente Parlamentar Agropecuária contra os camponeses, povos originários e quilombolas, durante o governo petista, podemos citar os mais importantes em termos estruturais e de impactos negativos para o meio ambiente e para os direitos humanos.

- I – A aprovação da Lei de Biossegurança ou Lei dos Transgênicos, aprovada em 2005, permitiu que o país produzisse sementes e comercializasse produtos transgênicos. Antes da sua aprovação, o governo já havia liberado, por meio de Medidas Provisórias (de números 113, 131 e 223) autorização para que fazendeiros plantassem soja transgênica no país. A soja é o principal produto de exportação do Brasil e, por falta de uma política industrial, contribui para o equilíbrio da balança comercial, e um dos maiores produtores é a multinacional Monsanto. Priorizar o equilíbrio da balança comercial com produção de monoculturas [produtos primários que não agregam valor] é um dos elementos que integram o projeto desenvolvimentista e de governabilidade, uma vez que o governo petista tem os ruralistas como aliados. Um aliado que tem mais iniciativa e agressividade na defesa de seus interesses do que o próprio governo. Uma lembrança importante é a de que, quando não era governo, o PT apoiava e participava da campanha da sociedade civil contra os transgênicos, uma campanha cujo slogan era “por um Brasil livre de transgênicos”.

- II – A aprovação do novo Código Florestal publicado no Diário Oficial em 18.10.2012, com nove vetos por parte da presidenta Dilma. A presidenta não cedeu às pressões da sociedade civil, de ambientalistas e artistas que, em campanha pelo veto total, suplicavam “veta Dilma”. Todavia, os vetos parciais deixaram os ruralistas inconformados e ameaçando recorrer através de algumas medidas para reverter os vetos. Tudo isso demonstra que esses aliados do governo não têm medo de enfrentar o governo, e que a aliança só serve para o governo ter o apoio deles naquilo que não os afeta diretamente em seus interesses, mas quando seus interesses são ameaçados, eles derrotam o governo. O governo petista, ao abandonar os movimentos indígenas, sem-terra e quilombolas, ao cooptar o movimento sindicalista (urbanos e os rurais ligados à Contag) e partes de ONGs, para se aliar com os ruralistas, acabou ficando refém de uma agenda que vem levando o governo para uma política de desenvolvimento conservadora.
- III – Aprovação da proposta de Emenda Constitucional – PEC - 215/2000, de autoria do deputado Almir Sá [PPB-RR], na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal no dia 21.3.2012. A PEC altera os artigos 49, 225 e 231 da Constituição Federal permitindo colocar, como competência exclusiva do Congresso, a aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e quilombolas; na Constituição atual, a competência é do poder Executivo. Assim, abre-se o caminho para a ampliação e o acesso de usineiros, mineradores, latifundiários, empresas nacionais e transnacionais para acumularem terras indígenas e

quilombolas no país. A PEC 215, se aprovada pelo Congresso, acelerará o processo de reconcentração de terras em curso no país. A Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB é radicalmente contrária à aprovação da PEC-215 e vem se movimentando contra sua continuidade de tramitação no Congresso.

Em uma entrevista<sup>151</sup> concedida por Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ao Instituto Humanas Unisinos, que é informado das 1.046 áreas de terras indígenas no país, apenas 363 estão regulamentadas, 335 encontram-se em alguma fase do processo de demarcação e 348 são reivindicadas por povos indígenas do país. A aprovação final da PEC-215 no Congresso paralisará o processo moroso de demarcação dessas terras. A PEC- 215, como se pode analisar, é uma medida que se soma a opção de desenvolvimento petista que tem uma clara opção pelo agronegócio - que controla toda cadeia de produção, comercialização e exploração - em detrimento de um modelo focado na agricultura familiar e na proteção de nossa biodiversidade e dos povos que dela tiram sua sobrevivência.

259

IV – Resgate e encaminhamento acelerado do Projeto de Lei 1610/96, que tramita no Congresso Nacional e tem como objetivo regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O PL 1610 reforça o desenvolvimentismo agroextrativista exportador através da concentração de terras e de capital em poucas mãos. Se for aprovado, qualquer empresa poderá requerer ao Departamento Nacional de Pro-

---

<sup>151</sup> Entrevista realizada em 10.04.2012, Disponível em: <http://www.ihu.br/entrevistas>, Acesso em 20.12.2012.

duto Mineral [DNPM] o direito de minerar em qualquer terra indígena do país.

### **As Ameaças Que Vêm do PAC**

Além das ameaças e violações sob diversas modalidades contra os direitos culturais, econômicos, patrimoniais e sociais dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, num descarado processo de desconfiguração da Constituição Cidadã de 1988, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC<sup>152</sup>, iniciado no governo Lula e continuado no governo Dilma, tem como maior obra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, no estado do Pará. Dimensionada para ser a terceira maior do mundo [a primeira é a de Garganta Profunda, em construção na China; a segunda é a binacional Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai], tem previsão para entrar em operação em 2015 e motorização total até 2019.

Argumenta o governo que a construção da usina contribuirá para: i – geração de energia para garantir o ciclo de desenvolvimento do país; ii – criação de empregos e geração de renda; iii – melhora da qualidade de vida da região. Em um comunicado do Ministério do Planejamento [de 7.10.2011, publicado no Portal Brasil], a ministra do Planejamento, Mirian Belchior, afirmou que a hidrelétrica de Belo Monte irá seguir um novo modelo de implantação: vai garantir os direitos da população afetada, diminuir os impactos socio-

---

<sup>152</sup> O PAC tem em vista a implantação de obras de infraestrutura em setores estratégicos de desenvolvimento: transporte [estradas, ferrovias, portos, aeroportos], geração de energia [elétrica, eólica, bicombustível]. O programa financia e apoia empresas da agroindústria, do agronegócio, empreiteiras da construção civil [como a Delta, envolvida no esquema de corrupção que objetivou a CPI de Carlos Cachoeira], empresas que constroem hidrelétricas e barragens, mineradoras, entre outras.

ambientais e construir uma perspectiva de desenvolvimento regional sustentável.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo realizada através do sistema de parceria público-privada. O Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM é formado por dez empresas de construção pesada do país (Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Odebrechet, Queiroz Galvão, OAS, Contern, Galvão, Serveng, J. Malucell e Cetenco), venceu o leilão de abril de 2010 e foi contratado pela Empresa Norte Energia S.A. (NESSA). Por meio deste empreendimento, o governo pretende acrescentar cerca de 11 mil megawatts (mw) de capacidade instalada na matriz energética nacional; a de usina Itaipu binacional tem 14 mw de potência. Segundo o Ministério das Minas e Energia (2011), o Brasil precisa construir Belo Monte

para alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, bem como de erradicação da pobreza e melhor distribuição de renda, o país precisa instalar, a cada ano, cerca de 5.000 MW de capacidade adicional.

Movimentos sociais e lideranças indígenas da região do Xingu afirmam que os impactos socioambientais não foram satisfatoriamente esclarecidos e suficientemente dimensionados. No Estudo de Impacto Ambiental – EIA e no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA de Belo Monte [AHE, 2009], na parte que trata dos direitos minerários na região de Volta Grande do Xingu, consta que já existem dezoito requerimentos de empresas mineradoras solicitando autorização para fazerem pesquisas<sup>153</sup>, além de existirem sete empresas com autorização de pesquisa e uma empresa com concessão para extração de

---

<sup>153</sup> Pesquisa mineral é a fase que visa descobrir e estudar em detalhes as jazidas.

estanho. As terras indígenas<sup>154</sup> têm 773.000 hectares delimitados, desse total, 63%, ou seja, 496,373 hectares são alvo de interesses das empresas mineradoras [Companhia Vale do Rio Doce, Samaúna Exploração e Importação, Joel de Souza Pinho, Mineração Capoeira, Mineração Guariba, Mineração Mayara e outras]. Nos últimos anos, foram descobertas na região do Xingu jazidas de bauxita, caulim, manganês, ouro, urânio, diamante, fósforo, fosfato, cassiterita, cobre, níquel e nóbio. Daí o grande interesse na aprovação do PL-1610/96. Para ambientalistas e povos da região, a construção da usina é uma forma de acelerar a mineração nas terras indígenas e em áreas que a circundam, principalmente em Volta Grande, trecho de mais de 100 km que vai secar com o desvio das águas do Rio Xingu.

A empresa transnacional canadense Belo Sun Mining Corporate, cuja subsidiária brasileira é a Belo Sun Mineração Limitada, pertencentes ao grupo Forbes & Manhattan Inc, um banco mercantil de capital privado voltado para projetos de mineração em todo mundo, apresentou um projeto de exploração mineral em Volta Grande onde pretende investir US\$ 1.076.724,000,00 em mineração de ouro. Os impactos ambientais desse projeto sobre a biodiversidade vão desde o assoreamento dos cursos das águas e poluição das águas superficiais e subterrâneas até a destruição do modo de vida das comunidades indígenas da região. A empresa Belo Sun já conseguiu, não se sabe por que meios, o direito de mineração e exploração de 130.541 hectares, ou seja, 1.305 km<sup>2</sup> (MONTEIRO, 2002, p. 5).

No Plano Nacional de Mineração [2030] PNM do Ministério das Minas e Energia, a mineração é colocada como um setor estratégico do modelo de desenvolvimento econômico

---

<sup>154</sup> Somente na área de aproveitamento hidrelétrico da usina, sem contar com o entorno, serão atingidos os seguintes povos indígenas: Juruna, Xikrin do Bacasa, Arara, Asurini do Xingu, Kararaô, Arawetè, Pararanã.



do Brasil. O PNM afirma que a demanda de bens minerais deverá crescer nos países emergentes, provocando uma pressão cada vez maior para o uso e ocupação dos solos, e cabe ao país diminuir os entraves [as unidades de conservação, as terras indígenas, as terras de quilombolas e áreas de reforma agrária] e as restrições legais à expansão da atividade mineral. Esse tipo de pensamento, que é uma ameaça a nossa soberania e a segurança de nossos bens comuns [água, terra e a biodiversidade], já foi expresso pelo ex-presidente Lula, quando da inauguração de uma usina de biodiesel no Mato Grosso, em 21.11.2006, ao comentar a necessidade de crescimento econômico no país, classificou de entraves ao desenvolvimento algumas das questões sociais, Lula foi claro:

entraves que eu tenho com o meio ambiente, todos os entraves com o Ministério Público, todos os entraves com a questão dos Quilombolas, com a questão dos índios brasileiros.

263

Para eliminar os entraves, o próprio governo reconhece que enfrentará conflitos, mas o PNM-2030, na página 78, destaca:

os conflitos diminuam, sobretudo após a progressiva eliminação, pelo próprio mercado, de empresas que não se adaptam aos novos padrões de sustentabilidade exigidos pelas leis nacionais e pactuados internacionalmente, por convenções e tratados.

Apostar no mercado como regulador de conflitos entre os interesses dos povos indígenas do Xingu e grandes transnacionais, além de covardia, esclarece e escancara a visão neoliberal do governo. Diante dos interesses do grande capital em jogo na região do Xingu, não é sem motivo que as resistências são abafadas e tratadas como entraves ao desenvolvimento, mas desenvolvimento para quem? Desenvolvimento a que preço?

## **Conclusões**

Quando interpelamos a história recente da América Latina, constatamos que é permeada por diferentes processos que provocaram profundas mudanças, mas que, ao mesmo tempo, ainda conserva e renova parte das velhas estruturas e práticas políticas fazendo com que tenhamos múltiplos cenários cujos conteúdos revelam novas formas de dominação e novos atores políticos. A insurgência dos povos originários contra as tentativas renovadas do capitalismo em ampliar o seu eterno movimento de acumulação só comprova que, na América Latina, existem múltiplas forças produtivas, cuja cegueira dos que embarcaram numa visão neodesenvolvimentista, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, que abdicou de sua origem socialista para se tornar um partido administrador dos interesses capitalistas, não percebem.

264

Em nossa epocalidade, estamos vivendo a conjunção de uma crise estrutural do capitalismo e uma crise de civilização, e, na América Latina, o processo de interação conflituoso de interesses alimenta a resistência dos povos, fenômeno que classificamos como giro ou virada descolonial. Trata-se de um movimento de resistência contra as crises que não foram criadas pelos povos, mas que fazem deles as vítimas da dominação, exploração e das consequências nefastas produzidas pelas relações sociais e culturais que são formatadas à imagem do mercado, fazendo com que os povos indígenas, afrodescendentes e camponeses se tornem coisas sem valor de uso e de troca, ou seja, lixo descartável que não pode ser reciclado. Povos que já haviam sido condenados a viver no precariado, em virtude de um longo processo de empobrecimento imposto pelo interesse do capital, agora enfrentam

a ameaça de se tornarem desvinculados de suas terras e de seus bens, de se tornarem nômades, de verem seu modo de vida ser tratado como entrave ao desenvolvimento ou de terem como opção de desespero o suicídio coletivo, como a comunidade indígena Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul [Brasil], que depois de perder suas terras para fazendeiros e ser obrigada por ordem da Justiça Federal a deixar as terras onde se abrigava, mesmo passando fome e privações, no dia 11 de outubro de 2012, lançou uma carta às autoridades e ao público cujo final é o seguinte:

sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção, esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai - MS.

A resistência dos povos originários, movimentos sociais e afrodescendentes, esse giro descolonial que compõe a realidade de enfrentamento do padrão de poder mundial tanto em Honduras como no Brasil, e que é comum em toda América Latina e Caribe, faz parte da luta contra a reconfiguração do processo permanente de reprodução do capital. O referencial teórico que utilizamos permite entender que o atual bloco imperial tem, como um de seus sustentáculos de exploração, as riquezas naturais [água, terra, minérios e toda a biodiversidade] em posse de coletividades que vêm enfrentando um processo secular de colo-

nização, colonialidade do poder, empobrecimento material e desrespeito aos seus direitos.

Nas informações qualificadas que articulamos, no mundo da facticidade dos conflitos em Honduras e no Brasil, podemos visualizar o agir instrumental do atual padrão de poder mundial que impera pelo rótulo da globalização celebratória, um agir de forma perversa com a ajuda da estrutura do Estado e dos governos locais. Podemos, ainda, perceber de forma nítida que, sem a ajuda do Estado na promoção da desregulamentação dos mercados, na desconfiguração constitucional, no uso da violência física e simbólica, o padrão mundial de poder, que atende aos interesses do bloco imperial globalizado, não se efetivaria. Daí a tristeza com o governo petista que virou um agente da administração da ordem capitalista que, mesmo que continue com uma forte blindagem de partido compromissado com os trabalhadores em função da implantação de uma política de valorização salarial, do programa Bolsa Família e do acesso a crédito para consumo, que dinamiza o setor do capital comercial e de serviços, cria uma demanda de consumo que mascara a política de desmonte e de entrega das nossas riquezas naturais ao capital nacional e ao transacional.

Bem, se o tempo é o senhor da história, como diz Francis Bacon, o tempo da América Latina é de resistência ao padrão de poder mundial, que chega como colonialidade de poder até nas nossas relações mais íntimas. E é na resistência, é não se rendendo ao discurso mais fácil e ao simulacro da política, que afirmamos a construção da liberdade e de um outro mundo em nosso tempo presente.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030 [PNM -2030]: Geologia, Mineração e Transformação Mineral*. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério das Minas e Energia, *Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: fatos e dados*. Brasília, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El Giro Descolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Gogotá: Siglo Del Hombre Editores, 2007.

DIARIO EL HERALDO, *Tropicalizamos la ideia de las ciudades modelo*. Tegucigalpa, 12 de setembro de 2012.

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE-AHE. *Estudos de Impacto Ambiental [EIA] e Relatório de Impacto Ambiental [RIMA]*, p. 103 a 113. Componente Indígena, Processo IBAMA n.º 02001.001848/2006-75, abril de 2009.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Leituras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro: n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTEIRO, Telma. *Por trás de Belo Monte, o oro?* [s.l.: s.n.]. (postado in: Outras Mídias).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

VALLIS, Victor. Para além do capitalismo verde.  
In:\_\_\_\_\_. *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo:  
Outras Expressões, 2012.